



IMPrensa, MEIO AMBIENTE E CIDADANIA

Liana John

Mesmo sem formação como educadores, os jornalistas ambientais acabam contribuindo para a formação de cidadãos “ambientalmente educados”, em suas tentativas de explicar as Ciências da Vida e da Terra numa linguagem comum. Além de ser facilmente compreendidos, ainda pretendem levar o leitor à ação, contribuindo com a diminuição das agressões ambientais e proporcionando o aumento da qualidade de vida.

Pesa contra tais profissionais, no Brasil, a história do jornalismo, centrada nas editorias de política, economia e internacional, sem um espaço definido para o meio ambiente nem uma “cultura ambiental”. A seu favor, existe hoje o apoio da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, um fórum virtual de jornalistas pessoalmente engajados, e a profissionalização das assessorias de imprensa em entidades ambientalistas e órgãos de governo.

Diferente dos jornalistas de política, economia, política, internacional e mesmo esportes e lazer, o papel desempenhado pelos jornalistas ambientais ultrapassa os limites da notícia e penetra no campo incerto da educação. Incerto para jornalistas, que não têm, necessariamente, uma formação de educadores, mas acabam contribuindo para a formação de cidadãos “ambientalmente educados”, em suas tentativas diárias de traduzir as Ciências da Vida e da Terra para uma linguagem comum. Além de ser facilmente compreendidos, ainda pretendem levar o leitor à ação, contribuindo com a diminuição das agressões ambientais e proporcionando o aumento da qualidade de vida.

A tarefa – de informar educando – encontra algum paralelo no jornalismo científico, do qual o jornalismo ambiental faz parte, mas se mantém, de certa forma, à parte, devido à sua vertente ativista.

Cabe ao jornalista ambiental explicar novos conceitos, técnicas, tecnologias e descobrir que relação têm elas com a destruição ou preservação dos recursos naturais; com a integridade e funcionamento dos ecossistemas ou do meio ambiente urbano. Também cabe ao jornalista ambiental acolher e investigar denúncias e disseminá-las no meio mais adequado, provocando reações locais ou globais, conforme o caso.

Isso exige formação prévia e atualização constante do profissional de imprensa, uma vez que a Ecologia é um campo da ciência relativamente recente e ainda em ebulição, com novos ramos, novos tipos de pesquisa e, aparentemente, mais controvérsias e polêmicas entre os próprios pesquisadores e entre os usuários destas informações, sejam autoridades governamentais, ambientalistas, empresários ou cidadãos. Também exige uma certa dose de responsabilidade, posto que a demanda é grande, o tempo é escasso e as intenções das fontes nem sempre são as mais altruístas.

Nos países desenvolvidos, via de regra, as dificuldades de se exercer um bom jornalismo ambiental ficam aí circunscritas. Mas, no Brasil, como em muitos países em desenvolvimento, ainda há encargos extras. Porque antes de informar e formar cidadãos “ambientalmente educados”, muitas vezes ainda é necessário explicar o que é cidadania.

Os exemplos estão por toda parte. É extremamente difícil explicar a uma população os efeitos a longo prazo do lixo indevidamente despejado no meio ambiente, quando se trata de uma população que ainda joga o lixo nos próprios pés, na rua, na praia, pela janela do carro, no mesmo rio de onde tira água para beber, alheia à relação entre esta atitude

e as doenças contagiosas ou as enchentes das quais ela mesma é a principal vítima. É árduo discorrer sobre a importância do monitoramento atmosférico como prevenção a doenças crônicas, na vizinhança de fábricas ou minerações potencialmente poluentes, quando uma parcela significativa dos trabalhadores lida diretamente com as fontes poluentes e sequer usa equipamentos de proteção, sujeitando-se aos acidentes e intoxicações agudas.

E soa absolutamente utópica a tarefa de defender o Direito de Saber – assim mesmo, com maiúsculas, significando o direito de ser informado sobre produtos fabricados, químicos manipulados, resíduos potencialmente tóxicos, vazamentos ocorridos, vantagens e desvantagens de empreendimentos potencialmente danosos ao meio ambiente e à saúde etc – quando boa parte dos cidadãos “deixa pra lá” muitos dos seus direitos mais simples, como o direito de reclamar se um produto está estragado ou se um serviço foi mal feito.

O gigantismo do desafio nos confere a todos, jornalistas ambientais, um certo ar quixotesco. Porém há sinais de que os moinhos, afinal, não são só de vento e as mudanças, embora lentas, são possíveis. Um olhar sobre pesquisas de opinião e enquetes ambientais mostra que, de modo geral, tem havido algum progresso: o público acha necessário proteger “o verde” e, sobretudo, a fauna; sabe que a poluição é ruim; receia a energia nuclear, as invenções incertas, como os transgênicos, e discute algumas relações entre saúde e águas contaminadas. Reconhece os recursos naturais como um patrimônio (embora atribua todos os encargos de cuidar deste patrimônio ao governo) e mostra disposição em trabalhar voluntariamente pela melhora do meio ambiente (embora ainda restrinja a maioria das ações a pequenas atitudes do dia a dia, desde que não atrapalhem muito sua rotina).

Algumas mudanças mais significativas emergem de crises, como a ameaça de falta de energia, que desde julho de 2001 abriu os ouvidos da população às recomendações dos ambientalistas e especialistas em conservação energética.

Outras mudanças resultam de uma consciência destilada gota a gota, nas escolas, nas páginas de jornal, nas telinhas e telões de TVs e computadores, resultante da soma (e mútua anulação) da multiplicidade de opiniões diversas, emitidas através destes meios.

Para entender os sinais de mudança expressos nas pesquisas de opinião pública, é preciso analisar o conjunto

do material produzido pela imprensa ambiental, onde se verifica uma grande (e indesejável) variabilidade de conteúdo. Boas reportagens e informações científicas corretas freqüentemente convivem com a divulgação de mitos, fatos não comprovados ou conceitos confusos. Não é raro, inclusive, que esta convivência do “bom” e “mau” conteúdo aconteça nas páginas de um mesmo jornal, seja em editoriais diferentes seja porque o assunto é coberto ou redigido por mais de um jornalista.

E se é assim na grande imprensa, onde existe uma estrutura profissional, nos noticiários da Internet a instabilidade do conteúdo se multiplica exponencialmente. Sites ótimos, feitos por bons jornalistas, com a assessoria das melhores fontes, convivem com o puro oportunismo e a franca pirataria, com todos os tons e matizes intermediários possíveis. A Internet serve tanto à urgência de causas justas – possibilitando façanhas como a já famosa frente ambientalista contra as mudanças propostas pelos ruralistas ao Código Florestal – como aos motivos escusos – permitindo a disseminação de boatos como o pseudo mapa da Amazônia internacionalizada pelos americanos.

Para quem não acompanhou os dois fatos, a frente ambientalista formou-se em dezembro de 1999, quando se descobriu uma manobra da bancada ruralista no Congresso Nacional, para aprovar um projeto de lei do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), alterando o Código Florestal e diminuindo o percentual de reserva legal obrigatória, em propriedades rurais na Amazônia. Em um dia, graças à Internet, as principais entidades ambientalistas do país produziram e assinaram um manifesto, conseguindo suspender a votação e colocar o texto do projeto de lei novamente em discussão, tendo obtido um acordo após 25 audiências públicas e reuniões regionais realizadas em 20 estados e 43 reuniões da Câmara Técnica e do Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). O próprio ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e, posteriormente, até o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, acabaram intervindo, favoráveis ao acordo obtido pelos ambientalistas.

O caso do mapa é mais conhecido. Trata-se de um spam com uma montagem grosseira da Amazônia internacionalizada, que estaria na página 76 de um livro escolar norte americano, supostamente usado nas *Junior High Schools* (o equivalente ao nosso Ensino Fundamental). Um spam é um e-mail multiplicado pelos próprios internautas (na medida em que cada um manda a mensagem

para vários conhecidos ou a coloca em listas eletrônicas de discussão) e que acaba “entupindo” a caixa postal dos usuários. O boato percorreu a rede nos últimos meses de 2000 e se repetiu no fim de 2001, apesar de desmentido e redementido pelos Estados Unidos e pela diplomacia brasileira.

Os dois extremos – o “bom” e o “mau” conteúdo – demonstram que a Internet não é mais nem menos do que as outras mídias jornalísticas. Embora seja mais rápida. Ou seja, é um meio. E conferir a este meio uma finalidade nobre é tarefa dos profissionais de imprensa, como no caso dos jornais, rádios, revistas e TVs. Em todas as mídias ainda falta, de qualquer modo, uma certa “cultura ambiental”, agravada pelo excesso de trabalho e pelo tempo escasso para a pesquisa e edição adequada das matérias. Tal falta de “cultura ambiental” da imprensa encontra alguma explicação na história do jornalismo brasileiro e vale fazer um breve retrospecto para enxergar melhor o que está mudando.

Nas páginas dos jornais e revistas, o meio ambiente nunca ocupou um lugar definido. Existem episódios esporádicos, no século XIX, em que os jornais serviram como tribuna para políticos como José Bonifácio de Andrada e Silva escreverem em defesa das baleias ou da exploração racional dos recursos naturais e contenção dos desmatamentos como medida de preservação dos recursos hídricos. Isso era mais um reflexo do que acontecia nas tribunas reais, do que propriamente um recado da mídia. Mas ressalta, de qualquer forma, a importância dos jornais, no seu papel de amplificar a voz dos políticos.

Já na história mais recente, há 30 anos atrás, quando começaram a surgir reportagens sistemáticas sobre o tema, um problema ambiental só chegava às primeiras páginas quando ocorria no Primeiro Mundo ou quando tinha implicações no comércio internacional ou na política externa. Raramente teria destaque se fosse um assunto circunscrito ao território nacional. Exceto no caso de acidentes ambientais, com “boas manchetes”, ou seja, passíveis de uso sensacionalista.

A origem de tal tratamento tem relação direta com a formação dos profissionais de imprensa e com a estrutura das redações. Os grandes jornalistas, os editores que fizeram história na nossa imprensa são, quase todos, profissionais forjados nas editorias de política, nacional ou internacional. Antes das escolas de comunicação, eles formaram mais de uma geração de jornalistas. Depois, as faculdades de

jornalismo os substituíram no papel educativo, as redações cresceram e se informatizaram. E os novos repórteres passaram a depender cada vez mais do esforço pessoal para adquirir conhecimento e bagagem cultural.

A porta de entrada dos temas ambientais nas redações foi, desde o início, a da rua, por onde entraram jornalistas pessoalmente engajados nos movimentos ambientalistas. Tachados de poetas ou loucos e cercados de anedotas, estes jornalistas enfrentaram uma fase um tanto tensa até impor respeito ao jornalismo ambiental. Alguns enfrentaram também a polícia e autoridades políticas, que se sentiam tão afrontadas por eles quanto o poder econômico, com sua bandeira do “desenvolvimento a qualquer preço”.

Com a evolução da mídia ambiental – que se aproximou do jornalismo científico – e com a gradativa adaptação dos agentes econômicos aos novos tempos de tratados e convenções internacionais, tecnologias limpas, certificações, reciclagem, gestão ambiental e posturas “ecologicamente corretas”, muda completamente a relação desta imprensa especializada com o poder e com o público.

A mídia ambiental passa a ser um termômetro importante, a ser consultado antes da tomada de decisões e até mesmo capaz de mudar o rumo de algumas delas. Gradativamente, o meio ambiente ganha importância e mesmo os jornalistas de formação política não puderam evitar o tema. Sobretudo aqueles com alguma experiência como correspondentes no Primeiro Mundo, onde é mais evidente o peso atribuído ao meio ambiente na política e na economia.

Contudo, apesar de não ser mais ignorado pelos grandes jornalistas e abrir espaços bem maiores, o meio ambiente ainda não tem um lugar definido ou estável nas páginas da imprensa escrita ou no rádio e beira o desastre na imprensa televisiva, com honrosas exceções. Raros são os veículos com uma seção ambiental fixa ou com interesse na formação de jornalistas especializados. Mais raros ainda os veículos, que têm uma equipe dedicada ao tema.

A “cultura ambiental” escassa nas redações, entretanto, encontrou outros meios de se desenvolver entre os jornalistas pessoalmente interessados em meio ambiente. Em 1989, durante um congresso realizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em Brasília, vários jornalistas se reuniram e lançaram as sementes de um fórum, no qual pudessem ser discutidas a qualidade da cobertura ambiental e as possíveis formas de organização dos jornalistas ambientais.

Ao longo de 1990, foram fundados Núcleos de Jornalistas Ambientais em diversos estados, com destaque para o Rio Grande do Sul, Paraíba, Paraná e São Paulo. Os núcleos organizaram *workshops*, cursos de meio ambiente e imprensa, glossários ambientais e encontros com pesquisadores e ambientalistas, mas só um conseguiu sobreviver à dupla jornada de trabalho nas redações e na organização da categoria: o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ/RS), que em 2002 completa 12 anos, graças à persistência do seu coordenador Juarez Tosi.

Apesar do fim dos núcleos de outros estados, ficou, de qualquer forma, provada a necessidade de suporte mútuo dos jornalistas ambientais, com discussão de pautas importantes, troca de informações sobre fontes e ética. E o fórum renasceu numa versão virtual, mediada pelos jornalistas gaúchos Roberto Villar Belmonte e João Batista Aguiar, através da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (www.jornalismoambiental.jor.br).

Aos poucos, entre conversas virtuais, eventos e cursos, a rede está mudando, senão ainda a “cultura ambiental” dos jornalistas, pelo menos o autodidatismo solitário. Acrescente-se, neste momento, um grande reforço proveniente da profissionalização das assessorias de imprensa de entidades ambientalistas e de órgãos ambientais de governo, que, em alguns casos, abrigam jornalistas bem melhor formados do que os que estão nas redações.

E encontramos, então, uma explicação para os sinais de mudança da mentalidade ambiental da população, medidos nas pesquisas de opinião e enquetes, antes mencionados.

É verdade que ainda há muitos redutos da imprensa, insistindo em priorizar o escândalo ou o exótico, em detrimento do educativo, na cobertura de questões ambientais. Há redatores e editores, inclusive, bastante descomprometidos com o efeito de suas palavras sobre a sociedade e sobre a construção da cidadania. Eles preferem atentar para o arranjo de letras nas suas manchetes. E esquecem as conseqüências do que publicam. Com eles, o público repete slogans “ecológicos”, sem saber como agir em defesa do meio ambiente e da qualidade de vida, na sua rotina diária. Uma sociedade urbana a favor da proteção das florestas distantes, mas contra a árvore que suja a calçada.

Extinguir esta espécie inconseqüente de jornalistas através da informação e da boa argumentação é mais uma das tarefas diante dos jornalistas que integram o movimento contrário, dos profissionais capazes de distinguir boas fontes

Liana John é jornalista especializada em temas ambientais. Edita a seção de Ciência e Meio Ambiente da Agência Estado (www.estadao.com.br/ciencia); escreve o Calendário da Natureza, na revista *Globo Rural* e participa do programa Biodiversidade Debate, da TV Cultura de São Paulo.
lj@agest.ecof.org.br

e traduzir a linguagem cifrada dos especialistas para o cotidiano do público. Capazes de insistir nos temas formadores de opinião, apesar das falhas na sua formação e das dificuldades inerentes às suas condições de trabalho. E é na sobrevivência destes jornalistas meio ambientais, meio missionários (ou quixotescos, como já dissemos), que resiste a idéia de transformar uma sociedade alheia ao próprio impacto ambiental, em uma parte consciente da sua indissociabilidade do todo ou numa sociedade provida de Cidadania Ambiental. Assim, com maiúsculas mesmo.